

Sarney diz a Ulysses que não vai trocar mandato por sistema

Arquivo 9/12/87

Memélia Moreira

O Governo permanece inalterado na defesa das teses de cinco anos para o presidente José Sarney e sistema presidencialista de Governo. Foi este o principal tema da conversa de ontem entre o Presidente da República e o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, 12 horas depois do jantar oferecido por Sarney a seus ministros militares, no Palácio da Alvorada, na noite de anteontem.

Sarney, no café da manhã, de ontem, com Ulysses Guimarães, disse ao deputado que não está disposto a se empenhar em qualquer tipo de "negociação pessoal", que tenha como objetivo a troca entre o parlamentarismo e os cinco anos de mandato. Esta negociação é rechaçada por Sarney porque o presidente da República considera "uma falta de respeito com as instituições", apurou o **Jornal de Brasília**.

A decisão do Presidente de não aceitar uma negociação do mandato de cinco anos pelo parlamentarismo baseia-se na certeza de que as teses do Governo serão aprovadas por uma pequena maioria do Congresso Constituinte. Os números apresentados ao Presidente, levados pelo deputado Milton Reis (PMDB-MG) são os seguintes: 285 votos pelos cinco anos contra 244 pelos quatro anos, 29 indefinidos e 11 ainda não contatados pelas pesquisas de Milton Reis. No sistema de governo, os números também são favoráveis à tese do Planalto: 282 presidencialistas, 234 parlamentaristas, um monarquista, 30 indefinidos e 11 não ouvidos. "Com estes números — comentou Henrique Hargraves, subsecretário de Assuntos Parlamentares da Presidência da República — não há necessidade de se negociar".

Coesos

Foi a partir destes números e depois da conversa com Ulysses, que o presidente Sarney reuniu novamente seus ministros mais íntimos, na manhã de ontem. Da reunião de ontem — e que podem se suceder a cada dia, até a data da votação — participaram os ministros Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Prisco Vianna, da Habitação, Jäder Barbalho, da Reforma Agrária, e Borges da Silveira, da Saúde.

Depois da reunião, pelo menos dois ministros traduziram a disposição do Governo em não negociar: Costa Couto e Antônio Carlos Magalhães. O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República disse que "o Presidente não está empenhado em qualquer tipo de negociação e mantém sua posição anunciada ao País em maio do ano passado (cinco anos e presidencialismo), inalterada". Disse ele ainda que a negociação não será feita por nenhum dos ministros ou líderes do Governo no Congresso. Costa Couto, em seguida, corrigiu-se para dizer que, em caso de impasse, o Presidente "aceitará uma fórmula consensual".

O mesmo tom foi usado pelo ministro Antônio Carlos Magalhães: "O Governo Sarney não faz trocas — disse o ministro — e nossa posição é muito clara: presidencialismo com cinco anos.

Parlamentaristas garantem vitória

O grupo parlamentarista está convicto que o plenário da Constituinte vai garantir-lhe uma vitória sobre o presidencialismo. Em reunião na manhã de ontem, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, os parlamentaristas ouviram palestra do professor Hélio Jaguaribe a respeito do novo sistema de Governo. A data de implantação do parlamentarismo não encontra unidade: uns querem já, enquanto outros preferem a partir do próximo Governo.

Qualquer risco de golpe de Estado, com a aprovação do parlamentarismo, é descartado pelo professor Hélio Jaguaribe, creditando esses boatos a presidencialistas extremados, pois vê as Forças Armadas "plenamente identificadas com a democracia". Com vantagem do regime de gabinete, ele cita a dificuldade de pressionar um parlamento inteiro, sendo bem mais fácil exercer pressão sobre apenas um — o presidente. Jaguaribe defende o parlamentarismo já, mas considera negativa sua implantação nos municípios.



O presidente Sarney está confiante na vitória do presidencialismo e no mandato de 5 anos

Plenário vai decidir no voto

Andrei Meireles

"O presidente José Sarney aguarda e respeitará a decisão da Constituinte sobre o sistema de governo e o mandato presidencial". Quem garante isto é o deputado Ulysses Guimarães, que após tomar o café da manhã com Sarney no Palácio da Alvorada, e lhe expor a inviabilidade de um acordo sobre esses dois temas na Constituinte, informou ao Presidente que a maioria dos parlamentares prefere definir, primeiro, o sistema de Governo, para só depois tratar da duração do mandato. Com isto, a idéia de um acordo, que chegou a ser negociado com o discreto aval do Planalto, introduzindo o parlamentarismo e assegurando cinco anos de mandato, foi definitivamente descartada. A decisão será mesmo no voto.

Depois de conversar com Sarney, Ulysses participou de uma solenidade em São Paulo, quando o governador Orestes Quêrcia defendeu a realização de um plebiscito caso seja aprovado o parlamentarismo pela Constituinte. Ulysses nega que tenha tratado desta questão com Sarney e também não

opinava, limitando-se a dizer: "A minha opinião será sempre a da Assembleia Nacional Constituinte".

No início da tarde, Ulysses retornou a Brasília e gravou um apelo, transmitido ontem, mesmo, por rádio e televisão, aos constituintes ausentes para virem à capital federal votar o sistema de Governo e a duração do mandato presidencial.

Ulysses, contudo, não desistiu de um entendimento. No último fim de semana, as consultas que fez às principais lideranças da Constituinte esbarraram na forte reação dentro do PMDB a qualquer proposta que significasse um mandato de cinco anos para Sarney. O próprio Planalto, convencido, pelos levantamentos que dispõe, de uma vitória no plenário da Constituinte, não prejudicou, mas também não ajudou o entendimento.

Para Ulysses, resolvido a questão do sistema de Governo, a discussão em torno do mandato presidencial ficará menos complexa: "Afinal, não haverá mais tantas alternativas. Mesmo assim, qualquer acordo será muito difícil".

Esquerda admite novo partido

A possibilidade de aprovação do sistema parlamentarista de governo simultaneamente a um mandato de cinco anos para o presidente Sarney determinou a reativação, nos últimos dias, da idéia de formação de um novo partido de centro-esquerda, que seria liderado pelos senadores Fernando Henrique Cardoso (foto) e José Richa e que teria como um dos principais núcleos o Movimento de Unidade Progressista do PMDB (MUP).



Arquivo 30/7/87

Fernando Henrique Cardoso admitiu que, se passar o mandato de cinco anos para Sarney, crescerá a sua "determinação" de trabalhar pela criação do novo partido. O deputado pefelista Jaime Santana, que conversou com o senador paulista no fim de semana, disse que notou que "ele está muito inclinado" a engajar-se no projeto da nova legenda e o peemedebista Paulo Ramos (RJ) disse não ter "a menor dúvida" de que Fernando Henrique deixará o PMDB, sendo acompanhado, nessa atitude, por mais de 50 deputados.

O senador não quis aprofundar comentários sobre o assunto, alegando, em tom de brincadeira, que a "conversa" estava "ficando perigosa". Outros parlamentares envolvidos no projeto, como a pernambucana Cristina Tavares e o mineiro Pimenta da Veiga, mostraram-se igualmente reservados nas declarações sobre o novo partido.

Sem alarde

Cristina apenas comentou que a

idéia está sendo examinada através de conversas e consultas, mas que não há interesse em alardear os resultados desses entendimentos. Pimenta afirmou que, independentemente da duração do mandato de Sarney, a proposta de formação do novo partido continuará sendo trabalhada.

A discricão de Fernando Henrique e dos dois deputados é explicável. As cogitações em torno de uma nova sigla vêm-se arrastando há quase um ano e não ganharam maior ímpeto precisamente em consequência da hesitação de Fernando Henrique em assumir o comando do projeto.

Os integrantes do "Movimento de Unidade Progressista", os maiores entusiastas da idéia, reconhecem que ela só tem viabilidade se for encabeçada por uma figura de expressão nacional. Um dos nomes que ano passado chegou a ser estimulado a desempenhar esse papel foi o atual líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que aconselhou seus interlocutores a aguardar a conclusão dos trabalhos da Constituinte, para decidir sobre os rumos que pretendem tomar.

Cautela

Agora, o próprio nome de Covas volta a ser relacionado entre os que poderiam deixar o partido, na hipótese de aprovação do mandato de cinco anos. Mas, publicamente, pelo menos, ele evita falar no assunto.

Uma das razões do temor dos peemedebistas quanto a aprovação dos cinco anos com parlamentarismo são as dificuldades que o candidato natural do PMDB à presidência, Ulysses Guimarães, tem para enfrentar uma disputa este ano.

Simon alerta para boicote do Planalto

Porto Alegre — O governador gaúcho, Pedro Simon, disse não ser "recomendável" a implantação do parlamentarismo à revelia do presidente José Sarney "porque ele poderia boicotar o sistema, uma vez que não aceita esta mudança agora". Com o chefe do País contrário ao novo regime, ele alerta que "o parlamentarismo estará fadado ao fracasso, sem sequer o povo poder avaliar o que tem de positivo".

Ele acredita podem repetir-se os episódios que sucederam a posse do ex-presidente João Goulart, quando foi adotado o regime parlamentarista: "O Jango era contra o parlamentarismo e não escondia isto, e promoveu o plebiscito, sabendo que o povo ainda não absorvera o novo sistema". Segundo Simon, na conversa com o presidente, segunda-feira última, Sarney manifestou que aceita o parlamentarismo, "desde que houvesse eleições distritais e partidos mais fortes", porque no parlamentarismo tanto o Executivo quanto o Legislativo se equivalem em força, e um pode anular o outro".

Assembléia já teme novo buraco negro

O relator-geral da Constituinte, Bernardo Cabral, e o líder do PMDB na Assembleia, Mário Covas, advertiram ontem que, na votação do sistema de governo só não haverá "buraco negro" se os constituintes comparecerem maciçamente à votação. O presidente do Senado, Humberto Lucena, demonstrou preocupação semelhante, observando que, se até amanhã não se registrar um comparecimento significativo, é preferível que a votação seja transferida para a próxima terça-feira, a fim de que haja tempo para uma maior arregimentação dos constituintes.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, parlamentarista, acredita que, se a emenda presidencialista, encabeçada pelo senador Humberto Lucena, for rejeitada, muitos dos seus signatários poderão votar, depois, a favor da emenda parlamentarista para, com isso, evitar um impasse político mais grave na Constituinte.

Para o deputado Bernardo Cabral, o "buraco negro" será "inevitável" se o comparecimento na votação do sistema de governo não ultrapassar os 450 constituintes. Até em torno de 500, ainda há risco de impasse.

O líder Mário Covas considerou inviável qualquer entendimento no momento. Acha, porém, que a negociação se fará necessária, inevitavelmente, caso ocorra o "buraco negro".

O senador peemedebista José Richa, um dos líderes parlamentaristas, procurou demonstrar o convencimento de que não ocorrerá o "buraco negro", porque a emenda que preconiza esse sistema terá, na sua opinião, pelo menos 290 votos.